

CIRCULAR 02/2007

DL N°234/2007 – LICENCIAMENTO ESTABEL. RESTAURAÇÃO

Lisboa, 7 de Novembro de 2007

Estimados Clientes:

Vimos por este meio dar a conhecer as importantes alterações ocorridas com a publicação do Decreto-Lei n°234/2007 que estabelece o regime jurídico da instalação / modificação / exploração / funcionamento de estabelecimentos de restauração ou bebidas.

É muito importante que perca alguns minutos e leia com muita atenção a presente circular e a própria legislação que anexamos, pois a nova lei não é apenas para novos estabelecimentos, é para todos.

É natural que a maior parte dos nossos clientes já tenha conhecimento deste assunto, pois as empresas que prestam serviços de fiscalização alimentar (ex° Garantia) já em devido tempo fizeram chegar ao conhecimento dos clientes esta legislação e algumas forneceram os impressos. Contudo, na sequência da nossa filosofia de trabalho e cooperação com os nossos clientes não quisemos deixar de fazer esta circular, de forma a agregar os principais aspectos da nova legislação.

RESUMO DO DECRETO-LEI:

O espírito do legislador na elaboração desta lei vem de encontro à necessidade de a abertura de novos estabelecimentos poder ser efectuada sem a realização de vistoria ou emissão do título de utilização do imóvel, nos casos em que os prazos não sejam cumpridos pelas autoridades competentes.

No art° 10 da presente lei, temos que depois da obra concluída o interessado deve requerer o alvará ou licença, caso seja ultrapassado os prazos sem que haja resposta das entidades competentes, o interessado pode comunicar à câmara municipal a sua decisão de abrir ao público, fazendo acompanhar de diversos documentos (ex° Termo de responsabilidade da obra).

O art° 14 fala das condições de acesso aos estabelecimentos de restauração.

Vai passar a haver um registo na internet dos estabelecimentos de restauração (art° 17).

Ocorrendo o encerramento de um estabelecimento deve ser comunicado à câmara e à DGAE até 30 dias após a sua ocorrência (art° 18).

O muito importante artº 24 obriga todos os estabelecimentos em funcionamento já com autorização de abertura ou alvará de licença ou autorização de utilização a enviar uma comunicação no prazo de 120 dias a contar da data da entrada em vigor da portaria que aprovou o modelo de declaração (entrou em vigor em 18/7 e, como tal, o prazo termina dia 15 de Novembro se não for alterado, porque o modelo publicado continha erros que foram rectificados mais tarde).

Chamamos a atenção das coimas previstas no artº 21, no simples caso de não haver comunicação: 300€ a 3000€ no caso de pessoa singular e 1250€ a 5000€ no caso de pessoa colectiva.

Na perspectiva de ajudar os clientes agradecemos que os que ainda não nos contactarem o façam o mais rapidamente possível, solicitando a nossa ajuda na aquisição dos impressos (caso ainda não tenham) e no preenchimento e entrega dos impressos junto da câmara municipal e da Direcção Geral das Actividades Económicas.

Para tornar o processo mais rápido, é importante que reúnam os documentos exigidos de junção obrigatória que passamos a descrever:

- Fotocópia do cartão de pessoa colectiva ou, no caso de empresário, do bilhete de identidade;
- Código de acesso à certidão permanente (existente na capa/pasta azul que lhe entregámos “IRC 2006”) ou, no caso de empresário, cópia da declaração de início de actividade;
- Planta de implantação do estabelecimento;
- Fotocópia do alvará de licença ou de autorização de utilização, alvará sanitário ou autorização de abertura.

Como esta obrigação legal acarreta custos quer a nível material quer a nível de tempo dispendido e deslocações necessárias que, uma empresa de contabilidade não previu e não consegue suportar fizemos uma estimativa de gastos e elaborámos o seguinte orçamento:

Custo dos impressos: 4,80€

Preench.e entrega: 25,00€

Total: 29,80€

Alertamos mais uma vez para não deixar passar este assunto em branco, pois é muito importante e a entidade fiscalizadora é a ASAE e, como sabemos, eles estão no terreno a verificar tudo e mais alguma coisa!